



ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
CNP/JMF nº 05.321.987/0001-60

Relatório da Administração

A ENTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2024	2023
Disponibilidade (%)	100,00%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2024, a ENTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2024/2025, 2. Machine Learning e fadiga multiatixial para cabos

condutores: fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão e 3. "Interact": Metodologia de Ensino e Aprendizagem para Treinamento de Eletricistas em Operação e Manutenção de Subestações de Transmissão, Aplicando Conceitos de Realidade Estendida e Digital Twins. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ENTE apoiou em 2024 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Fundação Bienal, Cia. Ballet de

Cegos da Associação Fernanda Bianchini, Museu de Ciência da Amazônia - MUCA, Associação Passos Mágicos, Programação do Teatro Claro-SP, CEPE - Centro Esportivo para Pessoas Especiais, Instituto Sports, Instituto Tiago Camilo, Confederação Brasileira de Rugby, Barueri Volleyball Club, Colégio Mão Amiga, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Associação para Crianças e Adolescente com Câncer - TUCCA, Hospital Pequeno Príncipe, Instituto Mário Penna e Santa Casa de Marília. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07,

incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2024, os resultados da ENTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	148.787	150.448
EBITDA	163.739	155.298

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ENTE.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.154	55.068	40.824	64.403
Investimento curto prazo	5	336	308	336	308
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		1.645	6.619	3.068	9.981
Ativo contratual da concessão	6	115.517	112.276	195.391	188.790
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		170	1.067	1.034	2.122
Outros tributos compensáveis		52	50	53	52
Dividendos a receber		8.607	6.511	3.190	-
Outros ativos		2.513	2.489	4.056	3.806
		163.994	184.388	247.952	269.462
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		13.764	7.317	20.119	10.464
Ativo contratual da concessão	6	596.780	602.273	1.360.129	1.347.157
Outros ativos		434	445	434	445
Investimentos	7	223.143	203.895	98.761	97.311
Imobilizado		1.195	832	1.378	872
Intangível		6.922	7.603	6.925	7.606
		842.238	828.365	1.487.746	1.463.855
Total do Ativo		1.006.232	1.012.753	1.735.698	1.733.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total
	Reserva Social	Reserva especial para incentivos fiscais				
340.078	68.016	71.738	15.580	99.732	595.144	699.718
			(15.580)		(15.580)	
				(99.732)	(99.732)	
				104.570	104.570	
				(26.354)	(26.354)	
				(43.368)	(43.368)	
				34.848	34.848	
				(34.848)	(34.848)	
				150.448	150.448	
				(26.065)	(26.065)	
				(59.000)	(59.000)	
				65.383	65.383	
				597.634	597.634	
				65.383	65.383	
				123.886	123.886	
				721.520	721.520	
				123.886	123.886	
				721.520	721.520	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE" ou "Companhia") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. A ENTE e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência	Índice de correção	Redução de 50% da RAP a partir de 16º ano de operação
ENTE	50,10%	085/2002	30	2032	194,443	IG-P
EDTE (**)	50,10%	15/2016	30	2046	90,351	IPCA

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, possivelmente resolvidos Homologatórios emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.380 de 16/07/2023. (**) RAP acordada de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 99.560 para EDTE. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ENTE e de sua controlada entende que ao final do prazo de cada concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2025. **2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. A Administração da Companhia fez a apresentação do custo e das despesas por natureza. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas Demonstrações Contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a ENTE e sua controlada aplicam o método de custo de aquisição da administração, subseqüentemente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinando a classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da ENTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de concessão. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de desempenho. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. Uma vez adotadas, as margens não se alteram até o final do fluxo de realização. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a ENTE e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre de 9,01% a.a. a 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IG-P-M ou IPCA. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **Parcela variável:** A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual de 0,68% de Parcela Variável por Indivíduo calculados sobre o fluxo de entrada de caixa, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **2.5 Base de consolidação:** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da ENTE e de sua controlada em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a ENTE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As Demonstrações Contábeis da controlada são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas representem saídas de

contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; • Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados (prejuízo) das empresas controladas; • Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; • Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a ENTE detém em 31 de dezembro de 2024:

Razão Social	% participação	2024	2023
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	50,10%	50,10%
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Coligada	38,02%	38,02%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Coligada	18,45%	18,45%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa à obrigação de performance decorrente dos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implementação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento do Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para emitir essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leião. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela taxa do IGPM ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A Companhia e sua controlada classifica juros recebidos decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias; Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4 Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos:** A Administração da ENTE e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a ENTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor de recuperável dos ativos. **3.5 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis individuais (controladora) e consolidadas. **3.6 Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraiados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.7 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8 Encargos regulatórios:** Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCIT) e Ministério de Minas e Energia (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do

Demonstrações do Resultado

31 de dezembro de 2024 e 2023

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção	69.914	72.489	84.600	86.620
Remuneração do ativo contratual da concessão	103.007	51.055	200.889	145.092
(-) Parcela variável	(635)	(1.196)	(1.216)	(1.204)
Receita Operacional Líquida	172	172.286	122.348	284.273
Custo dos Serviços Prestados				
Pessoal	(3.927)	(4.088)	(6.057)	(6.393)
Material e serviços de terceiros	(4.532)	(2.765)	(5.215)	(3.446)
Outros	(748)	5.750	(1.316)	5.264
Lucro Bruto	163.079	121.245	271.685	225.933
(Despesas) Receitas Operacionais				
Pessoal e administradores	(5.317)	(5.316)	(6.416)	(6.237)
Material e serviços de terceiros	(1.038)	(995)	(1.468)	(1.348)
Depreciação e amortização	(200)	(211)	(259)	(275)
Outras	(1.426)	(501)	(1.351)	1.173
	(7.981)	(7.023)	(9.494)	(6.687)
Resultado de equivalência patrimonial	43.346	32.532	18.625	3.035
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	198.444	146.754	280.816	222.281
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	18	4.110	5.246	6.142
Despesas financeiras	18	(21.099)	(26.573)	(63.704)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	181.455	125.427	223.254	162.343
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(11.897)	(13.319)	(14.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 19	(19.110)	(7.538)	(34.085)
Lucro líquido do exercício	150.448	104.570	175.069	133.950
Atribuído a acionistas controladores		150.448	104.570	150.448
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	24.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2024 e 2023

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	150.448	104.570	175.069	133.950
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	150.448	104.570	175.069	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2024, a ENTE possui saldo de R\$336 referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,46% do CDI (R\$308 em 31 de dezembro de 2023 remunerado em média por 98,54% do CDI).

6. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

Movimentação do ativo contratual da concessão (salvos acumulados):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	787.415	1.576.196
Receita de operação e manutenção	78.752	94.507
Remuneração do ativo contratual da concessão	55.466	160.313
(-) Parcela variável	(1.299)	(1.308)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(199.785)	(293.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	720.549	1.535.947
Receita de operação e manutenção	75.395	91.769
Remuneração do ativo contratual da concessão	111.083	220.214
(-) Parcela variável	(685)	(1.333)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(194.045)	(291.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	712.297	1.555.520
Ativo contratual da concessão - circulante	115.517	195.391
Ativo contratual da concessão - não circulante	596.780	1.360.129
Total circulante e não circulante	712.297	1.555.520

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ENTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. DEBÊNTURES

Debêntures 2ª emissão
Debêntures 4ª emissão
Debêntures 5ª emissão
Debêntures 6ª emissão
Debêntures 7ª emissão
CCB

Individualmente o saldo de principal da dívida do curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, sendo: 5ª emissão R\$123, 6ª emissão R\$204 e 7ª emissão R\$267. Adicionalmente, o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo na controlada EDTE para a 2ª emissão de debêntures é de R\$2.581. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures da ENTE e sua controlada:

Financiadores / credores

Debêntures 2ª emissão
Debêntures 5ª emissão
Debêntures 6ª emissão
Debêntures 7ª emissão

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2024 (*)

	ENTE
Debêntures 5ª emissão	895.176
Debêntures 6ª emissão	895.176
Debêntures 7ª emissão	895.176

A Administração da ENTE e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

2026
2027
2028
2029

	ENTE
2026	31.493
2027	31.537
2028	32.250
2029	31.301
	126.581

A movimentação do saldo é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	Controladora	Consolidado
Ingresso de dívidas	49.741	49.741
Juros e variação monetária	26.098	67.368
Amortização do principal e dos juros	(52.208)	(64.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	210.393	613.016
Ingresso de dívidas	46.719	46.719
Juros e variação monetária	20.335	62.438
Amortização do principal e dos juros	(148.699)	(217.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128.748	504.504

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(90)	579
Contribuição social - CSLL	8.175	8.417
	8.085	8.996

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

	Controladora	Consolidado
Quota de reserva global de reversão - RGR	4.280	3.593
Taxa de fiscalização - ANEEL	263	185
	5.033	5.121

Passivo circulante
Passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Passivo circulante	3.302	3.844
Passivo não circulante	1.731	1.277

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a ICPQ 01 (R1) - Interpretação Contratos de Concessão, OCPQ 05 - Orientação Contratos de Concessão e CPC 06 (R2) - Arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.617)	229
Subtotal	(10.630)	234

Passivo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II n° 1515/14	187.955	7.304
Subtotal	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	177.325	7.538

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecido no resultado	31/12/2022	31/12/2023
Reconhecido no resultado	31/12/2023	31/12/2024

Ativo fiscal diferido

	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12		